

NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO ESCOLAR E PARA A FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA

Carlos Eduardo da Silva – UFPE – carloseduardo19silva@gmail.com

Luciana Rosa Marques – UFPE – lmarques66@gmail.com

O presente trabalho busca problematizar os impactos do neoliberalismo no contexto educacional, especificamente com relação à gestão escolar e à formação democrática. De caráter teórico-bibliográfico, construímos o argumento com as contribuições de autores(as) que se aproximam da discussão e trazem uma leitura acerca desse fenômeno no âmbito da educação, bem como os efeitos no cotidiano escolar.

Nesse sentido, com advento da globalização neoliberal, emergiu uma nova forma de entender e coordenar as instituições do Estado. Dardot e Laval (2016) entendem esse fenômeno como um conjunto de reformas que toma como princípio os pressupostos e instrumentos do setor privado para pensar a esfera pública. Dessa forma, para além de um projeto econômico e com diferentes facetas, o neoliberalismo vem impondo em distintos contextos nacionais e locais novas maneiras de organização social.

Nesses termos, as instituições públicas passam a ser pensadas como uma empresa e, nesta perspectiva, os cidadãos são vistos não mais como sujeitos de direitos, mas sim como clientes que consomem serviços, desviando o sentido da atuação estatal numa visão cidadã (MARQUES, 2020). Em outras palavras, “a reestruturação neoliberal transforma os cidadãos em consumidores de serviços que nunca têm em vista nada além de sua satisfação egoísta [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 320).

Além disso, essa nova forma de entender o setor público defende uma modificação nas estruturas do Estado, pois afirma que este é ineficiente e não consegue dar conta das demandas da atualidade, seja na economia, seja no âmbito do trabalho, assim como nas relações sociais. Dessa maneira, “o postulado dessa nova “governança” é que a gestão privada é sempre mais eficaz que a administração pública; que o setor privado é mais reativo; mais flexível, mais inovador, tecnicamente mais eficaz [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 290).

Assim sendo, uma série de reformas institucionais vem acontecendo com objetivo de implementar os postulados dessa governança, impactando, embora distintamente, diferentes áreas sociais. No âmbito educacional, a introdução dessas concepções tem levado adiante a reorganização do contexto escolar modificando a compreensão dos processos formativos, que deixam de ser entendidos numa perspectiva mais ampla e passam a ser vistos numa lógica

empresarial. Face a essa ótica, “a gestão da escola passa a ser regida pelos ideais empresariais de eficácia que gradativamente são medidos por critérios quantitativos (como provas, testes de desempenho, meritocracia...)” (TREVISOL; ALMEIDA, p. 216, 2019).

Por conseguinte, a educação transforma-se em uma mercadoria que é mensurada por meio de avaliações. Como resultado, as possibilidades formativas numa perspectiva democrática encontram barreiras para sua concretização, uma vez que a introdução das concepções neoliberais na escola busca gestão por resultados³⁶. Desse modo, ocorre um esvaziamento das experiências participativas que deveriam acontecer no contexto escolar como parte do processo formativo, seja através dos mecanismos de participação, seja por meio de outras alternativas.

Ao incorporar no cotidiano da escola os pilares neoliberais no âmbito da gestão, bem como nas práticas pedagógicas, e ao desconsiderar as vivências participativas como elemento da formação escolar, tem-se a inclusão de uma outra formação que busca não só preparar os sujeitos para o mercado, mas também para operar a lógica dessa corrente no seio social. Trevisol e Almeida (p. 212, 2019) afirmam que “a escola como ambiente formativo torna-se no mundo globalizado a própria empresa, não somente pela sua organização, mas pela condição de formação da consciência dos indivíduos”.

Como efeito dessa formação, os princípios e os valores democráticos que deveriam nortear as práticas pedagógicas e também o espaço escolar são desconsiderados, pois os sujeitos são levados a atuar em conformidade com os pressupostos neoliberais. Como consequência, a gestão democrática, referenciada em diferentes documentos oficiais³⁷ de Estado no âmbito da educação com o objetivo de ampliar a participação da comunidade escolar e proporcionar experiências formativas, vê-se limitada, sendo, inclusive, praticamente substituída pela gestão por resultados em muitas realidades escolares.

Além de comprometer as possibilidades formativas em termos democráticos no espaço escolar, os postulados neoliberais aplicados na educação reduzem os processos educacionais a

³⁶ A gestão por resultados considera apenas os números divulgados pelas avaliações em larga escala para determinar a qualidade da educação, desconsiderando outros processos formativos que envolvem uma compreensão mais abrangente da formação no contexto escolar.

³⁷ BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA, DF: SENADO FEDERAL: CENTRO GRÁFICO, 1988. P. 292.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 23 de jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 junho 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br>>. Acesso em 24 de jul. de 2020.

uma visão técnica, que tem como propósito preparar os sujeitos com base em competências, habilidades e desempenhos para que possam ser úteis no sistema de mercado (GADELHA, 2017). Em virtude disso, tem-se uma educação tecnicista que articula os processos da empresa com os processos formativos no âmbito escolar, desviando, desse modo, os princípios que entendem a formação como um mecanismo que possibilita aos sujeitos uma participação ativa e cidadã em distintas esferas sociais, o que envolve os pressupostos democráticos.

Nesse cenário, Botler e Cavalvanti (2019) destacam a instrumentalização da participação nas tomadas de decisão por meio dos mecanismos de participação na escola, pois não há uma articulação com as perspectivas cidadãs. Logo, os elementos que são próprios da democracia, tais como, a divergência de opinião e a resolução de conflitos, passam a não se configurar mais como características formativas ou do processo, sendo entendidos, nesse contexto, como empecilhos para uma racionalidade estritamente voltada para resultados. Pois há um esvaziamento do sentido democrático das ações, uma vez que esta instrumentalização da participação se volta para outra forma de atuar na escola.

Nesse contexto, é imposto à gestão escolar uma série de medidas ou metas que devem ser cumpridas para determinar a qualidade da educação tendo como mecanismo a realização periódica de avaliações, como já mencionado. Esse movimento vem construindo uma cultura de competitividade entre as unidades escolares, além de afetar também os profissionais da educação. Dessa forma, observa-se a prescrição de uma outra cultura escolar que busca consagrar a formação de sujeitos que apreciem os ideais neoliberais nas relações entre si.

Com isso, assim como a atuação do(a) gestor(a), a prática dos(as) professores(as) na sala de aula também é afetada por essas concepções. Em decorrência, a construção de uma formação democrática que pode advir por meio do contexto da sala de aula, ademais de outros espaços, também esbarra nesse cenário, visto que a atuação dos(as) docentes deve ser direcionada à obtenção de resultados e, na perspectiva neoliberal, os processos democráticos no espaço escolar não se constituem enquanto tais.

Em termos mais amplos, está em curso uma racionalidade neoliberal com a finalidade de formar sujeitos no âmbito educacional, bem como em outros espaços, para operar seus pressupostos. Ela é tomada como parâmetro para as ações que são realizadas na escola, passando a ser norteadora também para o processo formativo. Isso impacta, por exemplo, nas conquistas históricas, democráticas e participativas que ampliaram e vêm possibilitando experiências formativas numa visão cidadã em diferentes contextos escolares. Portanto, “ao considerar a racionalidade neoliberal como fundamento para a formação do cidadão, colocam-se em ameaça a ética e as conquistas sociais” (TREVISOL; ALMEIDA, p. 207, 2019).

Contudo, como ressaltam os(as) autores(as) mencionados(as), entre outros que se somam a estas vozes, a implementação das perspectivas neoliberais no âmbito da educação não é um processo consolidado, pois encontra distintas barreiras históricas, políticas e sociais a depender dos contextos nacionais e locais. Frente a este cenário, Botler (2020) destaca que novas possibilidades de formação democrática são possíveis levando em consideração as realidades e os contextos em que as unidades escolares estão inseridas, de forma a repolitizar as práticas e, do mesmo modo, as ações para a consolidação e manutenção dos mecanismos participativos numa visão cidadã.

Nessa perspectiva, além de uma atuação a nível nacional, os sujeitos da prática, que também são fazedores de política, como, por exemplo, gestores(as), professores(as) e a comunidade escolar, encontram possibilidades para reinventar os contextos locais por meio de processos participativos, assim como desenvolver uma atuação conectada com os postulados democráticos, uma vez que estão no chão da escola e reinterpretam as políticas educacionais e concepções pedagógicas formuladas pelos órgãos competentes. Pois, mesmo diante deste cenário, a formação democrática ainda se configura como uma das alternativas em contraposição à visão neoliberal.

Referências Bibliográficas

BOTLER, Alice Miriam Happ. **Juventude e escola: violência e Princípios de justiça em escolares de ensino médio.** Happ Cad. Cedes, Campinas, v. 40, n. 110, p.26-36, Jan. -Mar., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v40n110/1678-7110-ccedes-40-110-0026.pdf>. Acesso em 23 de jul. de 2020.

BOTLER, Alice Miriam Happ; CAVALCANTI, Ana Claudia Dantas. Razão instrumental no contexto da reforma administrativa em Pernambuco: como fica a participação cidadã. In: I. Santos, Ana Lúcia Felix dos (Org.). II. Andrade, Edson Francisco de (Org.). III. Marques, Luciana Rosa (Org.). **Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições.** – Recife: Ed. Anpae, 2019, 244 páginas.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p.

GADELHA, S. Desempenho, gestão, visibilidade e tecnologias como vetores estratégicos de regulação e controle de condutas na contemporaneidade. **Educar em Revista, Curitiba, Brasil,**

v. 33, n. 66, p. 113-139, out./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n66/0104-4060-er-66-113.pdf>>. Acesso em 01 de dez. de 2020.

MARQUES, Luciana Rosa. **Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás.** Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e 69772, p.1-19, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/69772>> Acesso em 03 de out. de 2020.

TREVISOL, Marcio Giusti; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/ex.reducacaoemancipacao>>. Acesso em Acesso em 01 de dez. de 2020.